

**HABEAS CORPUS Nº 502.197 - SC (2019/0093918-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : EURIDES DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : EURIDES DOS SANTOS - SC009493  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ZENEIDE FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de ZENEIDE FERRERIA DOS SANTOS, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**, no writ n. 4007351-49.2019.8.24.0000.

Depreende-se dos autos que a Defesa impetrou **habeas corpus** em favor da paciente contra ato praticado pelo e. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Barra Velha/SC, que ordenou a sua prisão após sentença condenatória transitada em julgado pela prática do delito de tráfico de drogas (autos n. 0001919-80.2011.8.24.0006).

O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, conforme v. acórdão assim ementado (fls. 276):

*"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DE NULIDADE DO PROCESSO A PARTIR DA EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA OU DA INTIMAÇÃO EDITALÍCIA. PACIENTE QUE POSSUI ENDEREÇO CERTO. INTIMAÇÃO ENCAMINHADA PARA ENDEREÇO DIVERSO DAQUELE FORNECIDO POR ELA. NÃO ACOLHIMENTO. INTIMAÇÃO QUE SE DEU NA PESSOA DO PROCURADOR CONSTITUÍDO. PACIENTE SOLTA. IMPERATIVA DENEGAÇÃO DA ORDEM."*

Daí o presente **writ**, em que o impetrante argumenta a nulidade do processo a partir do mandado de intimação da sentença, pois o endereço para intimação da paciente seria diferente daquele fornecido por ela. Sustenta que, por esse motivo a paciente não foi encontrada, ensejando a intimação

editância.

Menciona, ainda, que o edital de intimação da sentença é nulo, pois não observou o prazo de 90 dias, conforme prevê o artigo 392, §1º, do Código de Processo Penal.

Requer, ao final, o deferimento do pedido liminar para que *"seja suspenso o mandado de prisão e concedida a liberdade para que a paciente possa apelar e aguardar o seu julgamento solta"* (fl. 19).

É o breve relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Diante das alegações expostas na inicial, entretanto, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Do exame perfunctório, próprio dos pedidos liminares, observo que o eg. Tribunal de origem denegou a ordem, com os seguintes fundamentos (fls. 278-279):

*"[...] Nesse rumo, o pedido de nulidade do mandado de intimação da sentença não merece prosperar. Ora, através da análise das tentativas de intimação pessoal acima mencionadas, constata-se que a paciente, de fato, mudou de endereço, indo inicialmente de Barra Velha/SC para Araquari/SC, sem informar ao juízo.*

*Além dessa mudança, o Oficial de Justiça, em Araquari//SC, em conversa com moradores do local, verificou que Z. Havia mudado para Piçarras/SC.*

*Em contato com a pessoa de Piçarras/SC, com quem a paciente residiu por 8 meses, foi descoberto que houve nova mudança de endereço, porém, para endereço desconhecido do informante.*

*Demonstrado, pois, que a paciente continuamente mudava de endereço sem aviso prévio ao juízo, impossibilitando a intimação pessoal da sentença, não há falar em nulidade do mandado de intimação.*

*Além disso, um dos endereços fornecidos pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Rua Júlio Alves, s/n, casa, Município de Araquari/SC, consta no Mandado de Prisão de fl. 240, que restou cumprido, demonstrou que a paciente possuía residência em Araquari/SC.*

*O requerimento de nulidade do processo a partir do edital de intimação da sentença, em razão desses argumentos, não merece prosperar.*

*Tendo em vista que a paciente foi condenada a uma pena corporal de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, o prazo do edital deveria ser de 90 (noventa) dias em razão do disposto no § 1º, do artigo 392, do CPP: O prazo do edital será de 90 dias, se tiver sido imposta pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, e de 60 dias, nos outros casos."*

Observa-se, portanto, que o v. acórdão impugnado não se encontra desprovido de fundamentação, e apresentou elementos idôneos a fim de denegar a ordem, afastando a alegação de nulidade da intimação e do prazo do edital.

O exame dos autos, portanto, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, e ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

